

DO BELO E DA ARQUITETURA

OF BEAUTY AND ARCHITECTURE

FLÁVIO R. KOTHE

Platão sugeriu que a arquitetura seria a expressão material da mente de quem a constrói. Seria, portanto, subjetividade objetivada: mímese da interioridade na construção do espaço de ocupação. Isso foi aplicado a todas as artes e a todo o conhecimento, buscando-se a indiferenciação entre sujeito e objeto, quando um coincidissem plenamente com o outro (o que jamais ocorre). Ainda que se unifique o diferente, o que se tem é a conjunção do que permanece separado, porque não é idêntico ao seu outro. É uma relação contraditória de identificação e diferença mantida.

Vitrúvio foi criticado por Karl Solger, no idealismo alemão, porque não teria considerado suficientemente a necessidade de a obra arquitetônica expressar uma ideia. A mesma crítica poderia ter sido estendida a Alberti, mas cada um quis a seu modo expressar uma “ideia”. Era antes, no entanto, ideologia do que ideia. Ao transpor modelos gregos para edificações a serem feitas na península itálica, Vitrúvio dedicou sua obra ao César, por corporificar a grandeza do império romano: era divino. Para os povos dizimados, ele era antes o capeta, não tinha legitimidade para invadir suas terras. Vitrúvio achava que o seis era o número básico, mas escreveu sua obra em dez livros.

Por isso, ele atenta mais para a construção de templos e palácios, com colunas que unissem céu e terra. Alberti, supervisor das construções em Roma, dedicou sua obra ao papa, de quem era bispo e secretário: queria obras que representassem a perfeição divina e a grandeza da Igreja Católica. Esta era a “ideia”: a Igreja, herdeira do império romano, queria representar a perfeição de Deus. O Vaticano é a concretização dessa ideia de grandeza da Igreja. O paradoxal é que ela pretende ser “cristã”, sendo Cristo um defensor dos pobres, oprimidos, humilhados.

O esforço de várias gerações para conseguir fundos

e os melhores artistas e artesãos para erguer o Vaticano: pretendia mostrar nas edificações e obras de arte a grandeza da Igreja, destinada a refletir e demonstrar a grandeza de Deus. Todo o grupo envolvido nisso “pontificava” uma estética da *adaequatio* ao *pius*, *honestum*, *decorum*. Essa era a “verdade”: aquilo em que acreditava. Não queria fazer nelas algo que fosse a busca de “verdades outras”, como a pilhagem nos povos sul-americanos, a espoliação de europeus, a história como opressão. Não há uma obra que mostre Cristo como ficava quem era condenado a morrer na cruz: totalmente nu. Nenhuma que mostre Cristo olhando para a suntuosidade dos bispos e cardeais, condenando o que via.

Alberti achava que o governo nas cidades devia ser deixado nas mãos dos comerciantes ricos. Embora tenha escrito algumas linhas contra bispos que não repartiam dízimos e coletas aos mais necessitados de suas paróquias, dizia que esses bispos só se preocupavam em construir palácios para si, não convivia com os paroquianos. Seus dez livros de 1450 não se preocupam, porém, em fazer projetos de moradias e bairros para os mais pobres e carentes. Ao fazer a crítica, logo diz que precisa calar, mas sugere que alguém de mais peso na Igreja (o papa?) deveria intervir.

Essas poucas linhas de crítica foram proibidas pela censura da Inquisição espanhola quando a obra foi traduzida para o castelhano. A censura da Inquisição é sinal não só de que a Igreja estava a serviço da facção rica e da aristocracia espanhola, mas que acontecia o que era criticado. Embora bispo, Alberti parece “cristão” ao se preocupar com os pobres e desvalidos, mas não foi como arquiteto.

Paládio não conclui os dez “livros” que queria escrever – na linha de Vitrúvio e Alberti (imitando Platão na *República*) – e ficou em quatro. Fez projetos para famílias abastadas, usando colunas que mostravam

a grandeza dos donos. A coluna estabelecia a conexão entre céu e terra, elevando o que estaria em baixo. No Brasil colonial e imperial, colunas ficaram reservadas a templos, não faziam parte do estilo das casas grandes. A Igreja Católica postulava ser somente ela a ligação entre céu e terra. Com isso sugava recursos do povo e da terra brasileira, para glória do Vaticano. Na Quinta da Boa Vista foram inseridas colunas de gesso, para dar maior dignidade ao prédio, repassado em torno de 1808 por um comerciante de escravos à família imperial.

Caso se tenha visão crítica quanto ao império e ao belicismo expansionista do Latium, o que pareceria “ideia” ao patrício romano Vitrúvio é um endosso do imperialismo genocida, que passa a ser estetizado e auratizado em pedra. Isso costuma até hoje ser considerado normal, aceito como virtude. A historiografia exalta os potentados que se impuseram a outros povos. Um político romano para subir na carreira tinha de matar ao menos cinco mil bárbaros (“estrangeiros”) nas províncias. Província vem de *pro-vincere*, região que foi vencida.

A arquitetura dos prédios oficiais de Washington é no estilo clássico greco-romano. Isso não acontece por acaso. Havia um propósito imperial e expansionista desde os “pais da pátria”. Ele já tinha sido exercido contra os povos indígenas, os ingleses, os mexicanos, antes de ser lançado contra sul-americanos, árabes, europeus e praticamente todos os povos do planeta. Dominar outros povos é vantajoso para quem domina, nocivo para quem é dominado. Só com a aliança recente dos BRICS+ há uma tentativa de construir algo diferente.

O endosso à oligarquia patricia considera inapropriado o horror à escravidão, ao genocídio de povos invadidos, ao parasitismo da plebe e da aristocracia de Roma. A estrutura da mente escravista está mantida com a visão religiosa cristã do mundo. O que Vitrúvio propunha é uma estetização do mal como se fosse bom, porque é o bom de quem domina. A arte aí não é busca de verdade e sim adequação ao que a oligarquia considera *pius* e *honestum*, portanto decoroso.

Quando se estuda no Brasil o renascimento italiano, não se ouve mais o protesto contra a venda de indulgências. Não se quer pensar sobre como foi arrecadado o dinheiro para construir o Vaticano, mas admirar o resultado obtido, como se estivesse acima dos delitos necessários para obter os recursos. Ou seja, “Deus escreve certo por linhas tortas.” Não se considera que o próprio resultado possa ser “delito”, à medida que impõe a propaganda religiosa católica sem refletir sobre seus erros e excessos. Com a venda de “indulgências” papais para abafar delitos e crimes, fica evidente que o poderio da Igreja foi nefasto para o Estado e a razão: é necessário manter a separação entre Igreja e Estado, delimitar o poder de punir. A noção dos crimes e genocídios perdoados e cometidos pela instituição eclesial revela que crer que ela fosse um ente “perfeito” deriva mais que da hipocrisia: de uma repressão atroz de quem se dispunha a ver e falar.

Num sistema de ensino dominado pela Igreja Católica, pouco se fala das Taxa Camarae. Para se ter uma noção, basta citar alguns dos 35 tópicos:

- “I. O eclesiástico que incorrer em pecado carnal, seja com monjas, com primas, sobrinhas, afilhada ou com outra mulher qualquer, será absolvido mediante pagamento às arcas papais, de 67 libras ouro e 12 soldos;
- III. O sacerdote que deflorou uma virgem pagará 2 libras e 8 soldos;
- V. Os sacerdotes que quiserem viver em concubinato com suas parentas pagarão 76 libras e 1 soldo;
- VIII. A absolvição e a segurança de não serem perseguidos por crimes de rapina, roubo ou incêndio custarão aos culpados 131 libras e 7 soldos;
- X. Se o assassino deu morte a dois ou mais homens num mesmo dia, pagará como se tivesse assassinado a um só;
- XIV. Pelo assassinato de um irmão, irmã, mãe ou pai se pagarão 17 libras e 5 soldos;
- XV. Quem matar um bispo ou prelado de hierarquia superior pagará 131 libras e 5 soldos;
- XXVIII. O filho bastardo de um padre que pretenda a preferência para desempenhar as funções

de seu pai pagará 27 libras e 1 soldo;
XXXII. Igual soma (58 libras e 2 soldos) pagará
o estrábico do olho direito; mas o estrábico do
olho esquerdo pagará ao papa 10 libras e 7 sol-
dos. Os vesgos pagarão 45 libras e 3 soldos.”²

Podendo comprar a impunidade, quem tinha dinheiro ficava “acima da lei”: essa era a lei. No Estado eclesial católico não havia autonomia nem independência do Judiciário. O Estado que não for laico tende a ser totalitário. Uma fração da sociedade deter o direito à impunibilidade se choca com o princípio de que todos são iguais perante a lei. O perfil delineado por tais taxas foi estendido às colônias ibéricas. Começava por isentar os membros do clero e se estendia aos que representavam o governo imperial. Ele está, portanto, na estrutura do inconsciente coletivo sul-americano. O Estado democrático e republicano está sob ameaça constante. O estudo crítico da arte pretérita poderia propiciar o debate de questões contemporâneas presentes em textos antigos, mas não se faz isso.

Seria interessante discutir os critérios que diferenciavam as penas. Matar parente próximo custava pouco, mas um bispo, por exemplo, custava caro. A instituição tratava de se preservar. Dizia assim que seus representantes estavam acima dos demais. Pelo assassinato de mais de um por dia, o segundo e o terceiro saíam de graça. Quem tivesse o azar de nascer vesgo ou estrábico, em vez de receber indenização pelo erro divino de fabricação, tinha de pagar multa ao papa, mais pelo olho direito do que pelo esquerdo. Seria cômico se não fosse trágico. Muitos meninos foram violentados durante séculos por religiosos, sem que fossem punidos. Freiras e monges foram vistos como “sagrados”, sem que se conhecessem as causas reais de suas opções.

Quando Heidegger reduz a questão da “origem da obra de arte” apenas ao “artista”, deixa de lado as questões da relação da arte com o poder, de legitimação do ilegítimo, de justificativa de crimes.

É como se faltasse uma visão politizada. Isso não ocorreria por acaso, não seria inocente. Essa carência induz a um diálogo com o marxismo, assim como certa fraqueza filosófica deste precisa encontrar uma complementação. O problema também não está em não debater o totalitarismo, a não separação dos poderes, os privilégios da oligarquia.

Esse ensaio precisa ser lido a partir das reflexões do autor sobre a verdade. Ele diz que a obra de arte serve para revelar a verdade, no duplo sentido de desvelar e novamente velar. Está fora, portanto, da estética que pretende patrocinar algo que seja apenas correto nos termos do pio, do honrado e do decoroso. A verdade está além do horizonte dessa “correção”.

O poderio secular da Igreja serviu para carrear recursos para o Vaticano. O apoio que ela dava aos enviados das cortes de Lisboa e Madri para a América do Sul servia também para que a governança ibérica mantivesse um controle sobre eles, como se fossem espiões institucionalizados. A Igreja ganhava duplamente, mas isso não se questiona na visão eurocêntrica tradicional.

Se assim foi financiada a grandiosa arquitetura do Vaticano e a multiplicidade de igrejas por toda a Itália e Espanha, a Igreja Católica conseguiu o milagre de consolidar imensa fortuna apregoando que defendia pobres e deserdados. Precisava parecer perfeita e intimidante para não se ver seu podre fundamento. Podia ser uma farsa. Quanto mais falsa a instituição, mais precisa da farsa. Baseia seu moralismo na imoralidade. Isso contamina a administração pública, só que não é lido na história da arquitetura: ela é mancomunada com o poder. O termo indulgência já tem em si a noção de “indulto”, a esconder a safadeza subjacente.

Os fins justificam aí os meios. O que importa é o resultado. Ao se confirmar a obra como arte se sublimatudo, faz-se uma absolvição, purifica-se o processo.

² Giovenardi, Eugênio. *As pedras de Roma*, Editora Mais Que Nada, Porto Alegre, 2009, p. 231-235.

Não há mais pecado. É o mesmo argumento que Hegel usou para deixar de considerar a escravidão na Grécia, alegando que queria se dedicar apenas aos produtos de natureza artística ou filosófica. Será que o produto não é “contaminado” pela origem? Será que ele não serve para legitimar como justa a “ordem” que o gerou, seja ela o escravagismo, o domínio eclesial, a casta religiosa, a monarquia? Não querer ver isso é mancomunar-se, é aceitar como verdade o que tem profunda injustiça ou enganação na origem.

Os gregos antigos acreditavam que as musas eram filhas de Zeus e Mnemosine, ou seja, do poder e da memória: dizendo que serviam para decantar e exaltar o poder vigente, a religião consagrava a orientação que a oligarquia queria impor à arte. Fazer disso crença servia para não questionar o problema social subjacente. Não havia a perspectiva dos escravos, das mulheres, dos periecos, dos estrangeiros nessa postulação.

A retórica romana – ao querer que a arte servisse ao *pius*, *honestum*, *decorum* – fez o mesmo. O *pius* era a crença patrícia nos deuses romanos, não em outros; o modelo de *honestum* era o senhor de escravos, um *pater familias* de pele clara, dono de gado e gente; *decorum* era o que podia se apresentar socialmente, reconhecido como respeitável. Não era a perspectiva de um escravo pobre ou/e cheio de rancor nem de um chefe vizinho cujo povo tinha sido dominado pelos romanos.

As teorias estéticas têm servido para legitimar a tradição de se considerar arte aquilo que serve para legitimar e auratizar o poder constituído. Heróis trágicos gregos invocavam os deuses e isso não perturbava a percepção. O pai de Hipólito amaldiçoa o filho por engano, e os deuses fazem com que sua carruagem tombe na praia e ele pereça: acredita-se nisso porque assim consta no texto. Se os deuses não existem, de que adianta apelar para eles? Nisso, não se chega a examinar quão destrutivo um pai pode ser em relação ao filho. Cristãos e adeus se portam como se deuses houvesse e agissem no destino dos homens. É engano e engodo, mas tomado por ver-

dade sem que se busque a presença dela escondida sob os desvios da crença.

Em geral se fica deslumbrado com a arquitetura, a pintura e a escultura do Vaticano, sem a confrontar com a pregação de Cristo em prol dos humildes e desamparados. O problema é que, se a instituição se diz cristã, ao afirmar isso ela é hipócrita e cínica. Se não se dissesse cristã, a própria ostentação de grandeza poderia se afirmar como representando o divino. Não seria hipócrita. Estando a obra já feita, por que se desfazer de um patrimônio tão rico e precioso, que tanto rende aos cofres do Vaticano e a toda a Itália?

Torna-se um problema a definição de Alberti de que o perfeito seja aquilo a que não se deve acrescentar ou tirar ou modificar qualquer componente. Não se admite aí que o todo possa ser falso. Ele era o arquiteto encarregado das obras do Vaticano. Não confessa isso com clareza, mas queria obras de arquitetura que expressassem a perfeição divina e de sua representação na Terra, a Santa Madre Igreja. Se houvesse alguma imperfeição, seria porque tudo o que o homem toca está sujeito à sua falibilidade. A obra pode, em sua organização interna, ter todas as partes adequadas entre si e com o todo: assim ela é “perfeita”, dentro de sua lógica. Isso não significa que não se possa ver esse todo fechado de outra perspectiva, perguntando se sua validade ainda se sustenta.

A noção de “concininitas” como consonância das partes entre si e com o todo da obra pode explicar o encantamento que a obra provoca, mas o encanto pode esconder a farsa e o engodo: o jogo de aparências. Se a “ideia” aí subjacente serve para encobrir e apresentar como perfeito o perfil e percurso da instituição, então o próprio Vaticano se torna um monumento à enganação, à celebração do imperialismo católico. Caso se seja católico, Lutero e Henrique VIII não teriam tido razão em suas críticas ou ao menos não entenderam que os fins justificavam os meios.

Escravizando indígenas e negros, muito ouro foi da América para Roma, assim como foi para Madri, Lis-

boa e Londres: os reis ibéricos temiam que seus enviados criassem reinos próprios e por isso os padres eram uma instância de controle, devidamente remunerada pelo Estado. Daí a expressão “vá se queixar ao bispo”. Até hoje as igrejas não pagam impostos no Brasil! Prometem a vida eterna, mas, quando chega a hora de cobrar, o sujeito já está morto e nada mais pode dizer. É o melhor tipo de negócio: recebe-se, sem precisar fornecer a mercadoria, o céu.

O arquiteto romano e o católico não constituíam nas obras do poder a expressão de uma “ideia”, por mais que acreditassem nela. Não há ideia falsa, ela precisa ser verdadeira. Quando falsa, para o marxismo, vira ideologia, falsa consciência, mas uma concepção que seja falsa não consegue ser consciência: é antes um encobrimento do que não se quer ver nem que seja visto. Se a obra não expressar a verdade, ela não poderá ser arte. Com isso, a arte sacra fenece ao auratizar o engodo, ao sacralizar a mentira, consagrar o pecaminoso, imprimir mediante recursos estéticos um brilho que não seja resplendor da verdade e sim da hipocrisia. A “arte sacra” é “arte de agitação e propaganda”, se perde quando passa a encobrir práticas contrárias ao ideal postulado.

Isso gera um impasse radical. Por mais sublime que seja a atmosfera da catedral da Sagrada Família em Barcelona, seu genial arquiteto, Gaudí, era um cren-te católico, acreditava que a Sagrada Família era sagrada e família. Ele queria exprimir sua fé. Acabou fazendo algo diferente. Gerou um ambiente de elevação e transcendência que vai além do imaginário católico, pois este substitui a infinitude do sublime povoando-o de figuras antropomórficas e boicotando, assim, a noção de uma infinitude que vai além da capacidade de compreensão do homem. Se este vê sua pequenez diante da grandeza divina, o católico sempre a vê como um sócio minoritário de Deus, portanto partilhando de sua grandeza.

Uma fortuna foi gasta para recuperar a Notre Dame de Paris. A sua reinauguração foi transmitida ao mundo todo, com os artistas mais caros. No Vaticano impera um novo papa, norte-americano e agostiniano. Puseram o Rei Charles da Inglaterra, a An-

glicana, a rezar no Vaticano, fingindo reconciliação entre a parte inglesa da Igreja com o catolicismo. Todo dia, papa e rei ocupam as páginas dos jornais, como também Trump, o imperador ianque. Por que se precisa tanto reenfatizar a crença cristã, a que serve ela?

Os tempos de igualdade no capitalismo já ficaram para trás. Sua vocação primária é acumular capital nas mãos de quem detém o capital. Ele não quer mais ser democrático, pois não pode ter certeza de que sempre pode manipular as maiorias eleitorais. Ele já se tornou plutocracia: tanto mais manda quem mais dinheiro tem. Os ricos podem delegar seus interesses a quem os representa, mas eles controlam o fluxo do dinheiro para campanhas eleitorais, viagens, projetos. Do congresso norte-americano diz-se que é o melhor congresso que o dinheiro pode comprar.

O que será feito da China no futuro, isso ninguém soube. Seu Partido Comunistas soube fazer em tempo as reformas que os partidos europeus não souberam fazer em tempo, e acabaram gerando diversas tragédias. Uma foi a dos próprios membros do partido e dos governos: foram todos postos de escanteio. A OTAN avançou até onde havia jurado e assinado que não iria: a cada dia morre ao menos um milhar de ucranianos e russos em campo de batalha. Na América do Sul se teme um ataque americano contra a Venezuela, em busca de petróleo e fingindo o moralismo de combater as drogas.

O que se precisa nesse sistema que concentra o fruto do trabalho coletivo nas mãos de 1% da população? É preciso que a maioria dos explorados aceite ser explorada. Como se consegue isso? Com uma mídia alienante, sim; com filmes e séries televisivas que pregam a necessidade de impor a ordem pela força, também. Mas há algo mais eficaz, que orienta tudo. A chave para isso está em Santo Agostinho, que escrevia muito bem e contou a tensão entre o palácio do pai dono de escravos e o cristianismo da mãe submissa e tolerante. Depois de cansar de levar a vida na farra com os recursos do pai, Agostinho se converte à perspectiva da mãe. Não é uma supera-

ção do regime escravista, mas uma interiorização dele na relação entre o fiel e o seu deus. O cristão aprende a rezar: “Senhor, eu não sou digno de que entreis em meu coração, mas dissei uma só palavra e minha alma será salva!” E cantar aos berros: “Soldado de Cristo, alerta está! Ou ser antes mártir, jamais traidor!” Ou então com a sutileza de Bach e Lutero: “O Senhor é meu pastor, nada me há de faltar...”

Ou seja, prega-se deslavadamente o conformismo, a submissão, a dependência. E ali seguem os arquitetos e as arquitetas a fazer templos que pareçam a perfeição na Terra, a mostrar a grandeza do Senhor. Como sugeria, porém, Alberti, não convém se estender muito nisso.